



Compromisso com a Justiça

Ana Maria Campos
Maria Eduarda Lavocat

O caderno *Direito & Justiça* consultou os 11 candidatos ao Governo do Distrito Federal sobre as propostas para a área de Justiça. Eles têm um ponto em comum: a defesa de uma atuação do Executivo em cooperação com o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, sem interferência na autonomia das instituições.

Entre as medidas apresentadas estão o fortalecimento e a descentralização da Defensoria, a ampliação da mediação e da conciliação, a digitalização de serviços e processos e a criação de estruturas para levar orientação jurídica às regiões mais vulneráveis.

As diferenças aparecem nas prioridades. Enquanto parte dos candidatos concentra as propostas no acesso à Justiça e na prevenção de conflitos, outros destacam o sistema penitenciário, a

ressocialização de presos, o combate à violência contra as mulheres e o uso de tecnologia. Há ainda propostas de mudanças mais profundas no funcionamento do sistema de Justiça, como a eleição de magistrados e a substituição do STF por uma corte constitucional com ministros eleitos, defendidas pelo candidato do PCO.

Entre as iniciativas citadas estão postos itinerantes e Casas de Direitos e Cidadania, expansão do atendimento da

Defensoria nas regiões administrativas, mutirões para acelerar processos, redes de mediação comunitária e ferramentas digitais para acompanhar demandas. As respostas também convergem em um diagnóstico: quando o governo resolve problemas administrativos de forma mais rápida e eficiente, reduz a necessidade de o cidadão recorrer à Justiça. A cooperação entre os Poderes e órgãos de Justiça também é apontada pelas próprias instituições como importante para aprimorar os serviços públicos no DF.



Veja o que eles propõem

Celina Leão (PP)

Fotos: Ed Alves CB/DA Press

O governo sempre atuará no sentido de apoiar a Justiça naquilo que for necessário e dentro de suas possibilidades jurídicas e econômicas. Vamos modernizar o sistema penitenciário e fortalecer a Polícia Penal, incorporando tecnologias de controle, fiscalização e inteligência para impedir comunicações ilícitas. E assim aumentar a segurança das unidades e evitar que estabelecimentos prisionais sejam utilizados como centros de comando de organizações criminosas. Trabalharemos no sentido de promover a ressocialização dos presos através da Funap, além de darmos todo o suporte aos órgãos de Justiça.

A ação do governo na Justiça sempre será articulada e integrada pelos diferentes órgãos administrativos. Com essa articulação institucional se diminui a judicialização. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por exemplo, já tem um acordo com a Justiça para diminuir o número de ações e promover a celebração de acordo. Já temos e vamos ampliar a criação de Núcleos de conciliação de processos estruturais que vem dando muito certo, como foi o caso da discussão em torno da abertura de creches que encerrou a fila e que contou com a presença do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Do mesmo modo, pretendemos que a Secretaria de Saúde atue cada vez mais sintonizado com a Justiça no núcleo setorial que já vem



atuando. Enfim, sempre buscaremos uma parceria efetiva com a Justiça para garantir os direitos dos cidadãos e melhorar o atendimento à população.

Elisson Ferreira (Agir)

O Governo do Distrito Federal não deve interferir na autonomia do Tribunal de Justiça, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, mas pode contribuir para que a Justiça chegue mais rápido à população. O primeiro passo é o próprio Executivo cumprir a lei, responder no prazo, digitalizar processos e evitar que conflitos administrativos se transformem desnecessariamente em ações judiciais.

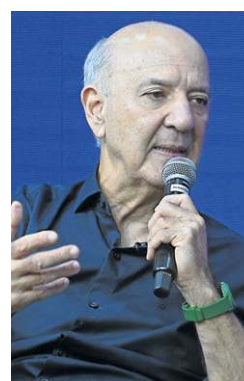
Nosso plano de governo, estruturado em 36 eixos, atribui à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos uma missão clara: fortalecer a defesa do consumidor, os direitos humanos, a cidadania, a liberdade religiosa, a proteção das minorias, a mediação de conflitos, as políticas antidrogas e o sistema socioeducativo. Também vamos regionalizar o acesso à orientação jurídica por meio das Estações de Cidadania Social e dos Núcleos AGIR Inclusão, reunindo documentação, assistência social e acesso a direitos para famílias vulneráveis e pessoas com deficiência. Na regularização fundiária, propomos uma força-tarefa permanente, assistência técnica



e jurídica gratuita, atendimento itinerante, a Central Território Legal e o acompanhamento digital de cada processo. Com o Governo de Vidro, contratos, decisões, prazos e responsáveis serão transparentes, fortalecendo a prevenção e o combate à corrupção. Nossa contribuição será construir um Executivo que coopere com as instituições, previna conflitos e não obrigue o cidadão a peregrinar para ter seus direitos reconhecidos. Justiça de verdade é a que chega à ponta: mais próxima, mais simples, mais rápida e igual para todos.

José Roberto Arruda (PSD)

O DF possui ampla capacidade instalada nas áreas de justiça, cidadania, assistência social, segurança, direitos humanos e mediação. O desafio não consiste simplesmente em criar novas estruturas, mas em integrar essas capacidades, aproximá-las das pessoas e garantir que cada cidadão encontre a solução adequada no menor tempo possível. O governo atuará como coordenador e catalisador dessa rede, respeitando integralmente a autonomia das instituições do Sistema de Justiça e construindo mecanismos permanentes de cooperação com a Defensoria Pública, TJDF, MPDFT, OAB/DF, universidades, cartórios, organizações sociais e comunidades.



Entre as ações, estão a Rede Móvel Integrada de Cidadania — Justiça e Serviços Perto de Você, que consiste em implantar atendimento público itinerante permanente nas regiões de maior vulnerabilidade e demanda reprimida, utilizando unidades móveis e estruturas comunitárias existentes para reunir, em um único ponto, serviços como documentação, Na Hora e orientação jurídica. Todos os atendimentos serão integrados ao GDF na Palma da Mão, permitindo ao cidadão acompanhar digitalmente sua demanda após o atendimento presencial.

Implantar, por cooperação interinstitucional, uma Rede Distrital de Justiça Comunitária e Mediação, aproveitando e ampliando experiências existentes da Defensoria Pública, TJDF e demais instituições.

Implantar o DF Acolhedor, uma rede integrada de prevenção, acolhimento e proteção às pessoas vítimas de discriminação, intolerância, violência ou grave violação de direitos humanos, com uma Central Integrada de Acolhimento e Gestão de Casos, funcionando 24 horas para triagem de risco e encaminhamento, com equipes especializadas de atendimento psicossocial, orientação jurídica e articulação com segurança pública, saúde, assistência social, Defensoria e demais integrantes da rede de proteção.

Implantar a Plataforma Governo Inteligente, que incorpora indicadores de acesso à Justiça, conflitos comunitários, violações de direitos e demanda por serviços de cidadania. E promover uma mudança conceitual: o cidadão não terá que descobrir qual órgão resolve seu problema. Será responsabilidade do Estado encontrar a solução e conduzi-lo até ela. Uma política pública de acesso à Justiça centrada no cidadão.

Leia mais na página 2